

Demonstrações contábeis

Eólica do Agreste Potiguar I S.A
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstraçõesdo resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Eólica do Agreste Potiguar I S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica do Agreste Potiguar I S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

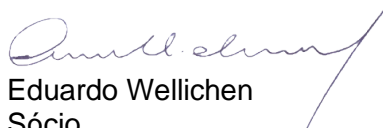
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
		8.732	56.112
Caixa e equivalentes de caixa	4	581	2.036
Investimento de curto prazo	5	4.173	53.470
Títulos e valores mobiliários	6	1.788	-
Contas a receber de clientes	7	1.512	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		187	189
Despesas pagas antecipadamente		276	333
Outros ativos		215	84
		195.070	160.105
Não circulante			
Derivativos financeiros		-	1.345
Imobilizado	8	194.029	158.747
Intangível	9	1.041	13
		203.802	216.217
Total do ativo			
Passivo			
Circulante			
		29.577	110.353
Fornecedores		1.988	3.596
Empréstimos em moeda nacional	10	885	-
Empréstimos em moeda estrangeira	10	17.505	106.053
Arrendamentos		25	-
Partes relacionadas	12	1.310	-
Salários e férias a pagar		364	489
Imposto de renda e contribuição social a pagar		187	215
Outros tributos a pagar		139	-
Encargos setoriais		53	-
Provisão para constituição de ativos	11	7.067	-
Provisão para gastos ambientais		50	-
Outros passivos		4	-
		76.788	54.560
Não circulante			
Empréstimos em moeda nacional	10	70.461	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	54.560
Arrendamentos		1.554	-
Provisões socio ambientais		1.569	-
Provisão para desmobilização de ativos		3.204	-
		97.437	51.304
Patrimônio líquido			
Capital social	13	106.927	52.367
Prejuízos acumulados		(9.490)	(1.063)
		203.802	216.217
Total do passivo e do patrimônio líquido			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	5.351	-
Custos operacionais			
Compra de energia elétrica		(569)	-
Encargos de uso da rede básica - CUST		(1.597)	(905)
Custos dos serviços prestados		(1.707)	-
Depreciação e amortização		(4.000)	-
	15	(7.873)	(905)
Prejuízo bruto		(2.522)	(905)
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(238)	(42)
Depreciação e amortização		(9)	-
Pessoal		(301)	-
Outras receitas		93	-
	15	(455)	(42)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(2.977)	(947)
Despesas financeiras	16	(6.394)	-
Receitas financeiras	16	1.836	-
		(4.558)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.535)	(947)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(892)	-
Prejuízo do exercício		(8.427)	(947)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	<u>(8.427)</u>	<u>(947)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(8.427)</u>	<u>(947)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo descoberto)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1	(116)	(115)
Aumento de capital	52.366	-	52.366
Prejuízo do exercício	-	(947)	(947)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	52.367	(1.063)	51.304
Aumento de capital	54.560	-	54.560
Prejuízo do exercício	-	(8.427)	(8.427)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	106.927	(9.490)	97.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Eólica do Agreste Potiguar I S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(7.535)	(947)
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8 e 9	4.009	-
Encargos de dívidas		6.145	-
Outras variações/atualizações monetárias e cambiais líquidas		(1.414)	-
Receita de aplicações financeiras	16	(1.365)	-
Baixa de Ativos		20	-
		(140)	(947)
Aumento (redução) no ativo			
Contas a receber de clientes		(1.512)	(145)
Adiantamento a fornecedores		-	-
Despesas pagas antecipadamente		57	(318)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(742)	2.300
		(2.197)	1.837
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		(674)	3.508
Partes relacionadas		1.310	-
Salários, férias a pagar		(72)	113
Tributos a recolher		117	142
Outros passivos circulantes		(661)	-
		20	3.763
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(837)	(1.047)
Caixa líquido aplicado (proveniente) nas atividades operacionais		(3.154)	3.606
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no imobilizado	8	(20.078)	(123.709)
Adições no intangível		-	(11)
Resgate em investimento de curto prazo		114.645	135.990
Aplicações em investimento de curto prazo		(62.715)	(179.787)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos		31.852	(167.517)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	30.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	38.860
Empréstimos tomados	10	71.213	104.308
Amortização de principal do financiamento	10	(81.500)	(7.438)
Amortização de pagamento de juros do financiamento	10	(19.761)	-
Amortização de pagamento de juros arrendamentos		(105)	-
Caixa líquido aplicado (proveniente) nas atividades de financiamentos		(30.153)	165.730
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(1.455)	1.819
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	2.036	217
Saldo no final do exercício	4	581	2.036
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa		(1.455)	1.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

1 Informações gerais

A Eólica do Agreste Potiguar I S.A. (“Companhia”), com sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, cj. 151, sala X - Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 12 de março de 2019 e tem como propósito a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares da Central Geradora Eólica AW São João, sob o regime de produção independente de energia elétrica, localizada no município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte. A Companhia passou a ser controlada por Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”) a partir de 06 de janeiro de 2022.

Em 21 de janeiro de 2020, a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), recebeu por meio da Resolução Autorizativa nº 8.521, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autorização para implantar e explorar a Central Geradora Eólica AW São João. A central geradora será constituída por 6 unidades geradoras de 4.200 kW cada, totalizando 25.200 kW de potência instalada e 24.880kW de potência líquida, sob o regime de comercialização no mercado livre, conforme despacho nº 4.038 de 16 de dezembro de 2021. A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos a partir da data da resolução. Em 17 de novembro de 2020, por meio da Resolução Autorizativa nº 9.453 a autorização foi transferida da “Alupar” para a Companhia.

Em 26 de novembro de 2020 a Companhia solicitou o enquadramento do projeto no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura – REIDI, que consiste em um incentivo fiscal que suspende a incidência de PIS e COFINS sobre as aquisições de imobilizado relacionados à construção do projeto, o qual foi dado parecer favorável pela ANEEL em 29 de dezembro de 2020 e encaminhado ao Ministério de Minas e Energia para publicação da portaria específica. Em 25 de janeiro de 2021 o Ministério de Minas e Energia emitiu a Portaria nº 493 aprovando o enquadramento do Projeto Central Geradora Eólica AW São João no REIDI. Em 03 de fevereiro de 2021 a Companhia solicitou a habilitação no REIDI à Receita Federal do Brasil e em 11 de fevereiro de 2021 recebeu a habilitação.

Em 21 de julho de 2023 o empreendimento foi liberado pela ANEEL para início da operação comercial, por meio do Despacho nº 2.474 de 20 de julho de 2023.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023, capital circulante negativo de R\$ 20.845 devido a sua fase de implantação. Com base nos fluxos de caixa futuros estimados, em 31 de dezembro de 2023 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Assim como, em conformidade com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando essas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2 Base de conformidade

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 26 de março de 2024.

Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estarão evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3.3 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mantidos ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o derivativo ser designado ou não como instrumento de hedge (hedge accounting). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. A Companhia não adota a contabilidade de hedge accounting e designa seus derivativos como:

Instrumentos derivativos não designados em hedge accounting

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares

Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAP's. Nesses instrumentos a Companhia troca a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa. Ganhos, bem como a marcação a mercado das operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de "Ativo imobilizado".

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.6 Intangível

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

3.7 Provisão para desmobilização

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, a Companhia tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil.

3.8 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3.9 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.10 Arrendamentos

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia utiliza como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

3.11 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2023 é de R\$ 105,39 MH/h.

(i) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.12 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou,
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.14 Novas normas e interpretações

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23);
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26);
- Alterações ao CPC 06 Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 e CPC 40.

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração 31/12/2023 e 31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Banco conta movimento	-	581	183
Aplicações financeiras Até 20% do CDI		-	1.853
		581	2.036

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

5 Investimento de curto prazo

	Remuneração média		31/12/2023	31/12/2022
	31/12/2023	31/12/2022		
Fundo de Investimento - STA Energia	101,12% do CDI	102,06% do CDI	2.689	53.470
Fundo de Investimento - Banco do Nordeste - BNB	99,13% do CDI	-	1.484	-
			4.173	53.470

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos e no Fundo Soberado BNB, cujo objetivo é acompanhar as variações dos certificados de depósitos interfinanceiros (CDI). Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2023	31/12/2022
Banco do Nordeste - BNB	1.788	-

Os saldos das contas vinculadas ao empréstimo é compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas ao contrato do Banco do Nordeste.

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre - partes relacionadas	968
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	451
Ajuste positivo CCEE	93
	1.512

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8 Imobilizado

	Taxa média anual de amortização	31/12/2021	Adições	31/12/2022	Adições	Transferencia	Outros (i)	31/12/2023
<u>Imobilizado em serviço</u>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,61%	-	-	-	-	1.180	-	1.180
Máquinas e equipamentos	2,01%	-	-	-	-	191.707	-	191.707
Móveis e utensílios	5,88%	-	-	-	-	17	-	17
Direito de uso sobre arrendamento	1,45%	-	-	-	-	-	1.581	1.581
Desmobilização de ativos	2,01%	-	-	-	-	-	3.132	3.132
Total do imobilizado em serviço		-	-	-	-	192.904	4.713	197.617
<u>Imobilizado em curso</u>								
A ratear		12.105	138.785	150.890	20.078	(184.603)	13.661	26
Estudos e Projetos		427	-	427	-	(427)	-	-
Adiantamento a fornecedor		22.709	(17.710)	4.999	-	-	(4.634)	365
Receita de aplicação		(203)	(6.549)	(6.752)	-	9.822	(3.070)	-
Custos de empréstimos		-	9.183	9.183	-	(17.696)	8.513	-
Total do imobilizado em curso		35.038	123.709	158.747	20.078	(192.904)	14.470	391
<u>Depreciação</u>								
Edificações, obras civis e benfeitorias		-	-	-	(19)	-	-	(19)
Máquinas e equipamentos		-	-	-	(3.896)	-	-	(3.896)
Móveis e utensílios		-	-	-	(1)	-	-	(1)
Direito de uso sobre arrendamento		-	-	-	(23)	-	-	(23)
Desmobilização de ativos		-	-	-	(40)	-	-	(40)
Total do imobilizado em curso		-	-	-	(3.979)	-	-	(3.979)
Total do imobilizado		35.038	123.709	158.747	16.099	-	19.183	194.029

(i) Outros refere-se a remensuração de arrendamentos, custos dos empréstimos, receita de aplicação financeira, baixa de adiantamento de fornecedores e provisões de constituição de ativos e ambientais que foram capitalizados.

9 Intangível

	Taxa média anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
<u>Em serviço</u>					
Outros intangíveis	3,73%	-	1.071	-	1.071
Total do custo do intangível		-	1.071	-	1.071
<u>Imobilizado em curso</u>					
Estudos e Projetos		13		(13)	-
Total do custo do intangível		13	-	(13)	-
<u>Amortização</u>					
Outros intangíveis			(30)		(30)
Total da amortização		-	(30)	-	(30)
Total do intangível líquido		13	1.041	(13)	1.041

O montante de R\$ 1.071 apresentado na coluna de adições refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da Companhia relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

10 Empréstimos

Captação em moeda estrangeira

Em junho de 2022 a Companhia firmou um contrato de empréstimos em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 20.294, equivalente a R\$ 104.308, transação realizada em junho de 2022, com pagamento do principal por contrato de câmbio no final do contrato em dezembro de 2023 e juros semestrais em dezembro de 2022, junho de 2023 e dezembro de 2023. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida. Parte deste empréstimo foi amortizado em 21 de dezembro de 2023 no montante R\$ 93.957 com parte dos recursos oriundos do empréstimo obtido junto ao Banco BNB em 15 de dezembro de 2023.

O saldo remanescente da dívida foi renegociado e em 21 de dezembro de 2023 a Companhia firmou um novo contrato de curto prazo em dólares americanos, sendo o montante de US\$ 3.581, equivalente a R\$ 17.463, onde foi definido o pagamento da operação em parcela única de principal mais juros para a data de 16/02/2024, podendo ser quitado de forma antecipada. Na data de vencimento da operação haverá a conversão do real ao dólar para quitação da dívida.

Em 23 de janeiro de 2024 a Companhia realizou a liquidação do empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 17.738 com recursos oriundos do ingresso das debêntures.

A movimentação dos empréstimos e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2022	Ingresso de dívidas	Custo de captação	Encargos de dívidas (*)	Variação cambial	Amortização de Principal	Amortização de juros	31/12/2023
Banco Citibank	106.053	-	-	13.333	(620)	(81.500)	(19.761)	17.505
Banco do Nordeste	-	71.615	-	133	-	-	-	71.748
(-) Custo de captação - a amortizar	-	-	(402)	-	-	-	-	(402)
	106.053	71.615	(402)	13.466	(620)	(81.500)	(19.761)	88.851

	31/12/2021	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Variação cambial	Amortização de Principal	Amortização de juros	31/12/2022
Banco Citibank	-	104.308	7.837	-	1.346	(7.438)	106.053

(*) Os encargos sobre empréstimos foram capitalizados até 31 de julho de 2023, devido a Companhia em fase pré-operacional. Após entrada em operação os valores foram registrados como despesa financeira.

11 Provisões de constituição dos ativos

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

31/12/2022	Ingresso	31/12/2023
-	7.067	7.067

12 Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

12.1 Transações com partes relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Passivo circulante</u>		
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	1.310	-
<u>Passivo não circulante</u>		
AFAC - Foz Rio Claro Energia S.A.	-	54.560
	1.310	54.560

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receitas</u>		
Venda de Energia - Alupar Investimento S.A.	1.872	-
<u>Custos</u>		
Prestação de serviços - AF Energia S.A	(14)	-
	1.858	-

12.2 Garantias

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantiadora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2023
25/05/2022	Diretoria	Alupar	Fiança	Pelo cumprimento de todas as obrigações principal e acessórias, decorrentes do PAGAMENTO DOS ENCARGOS DE USO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO referente ao contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST PERMANENTE nº 153/2020.	25/05/2023	25/05/2024	245	245
25/05/2022	Diretoria	Alupar	Fiança	Garantia do cumprimento de todas as obrigações contratuais até encerramento do contrato junto ao Banco do Nordeste - BNB - contrato de financiamento nº 35.2023.9396.30266 assinado em 27/09/2023	30/11/2023	01/12/2025	84.140	84.140

12.3 Remuneração da alta administração

No exercício findo em 31 dezembro de 2023 a remuneração da Diretoria foi de R\$ 83 e no exercício de 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 75.

13 Patrimônio líquido

(a). Em 24 de julho de 2023 a Companhia, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento do capital social no montante de R\$ 54.560. Assim, o capital social, que era de R\$ 52.367, passa a ser de R\$ 106.927, mediante a emissão de 54.560.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com valor unitário de R\$ 1. O total de ações ordinárias que era de 52.367.392, passa a ser 106.927.392.

O aumento de capital foi subscrito e integralizado da seguinte forma: (i) Subscritas pela Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Foz”), com renúncia expressa das demais acionistas da Companhia ao direito de preferência para subscrição destas ações, 54.560.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes ao valor de R\$ 54.560, integralizadas em moeda corrente nacional. Com o aumento de capital realizado a acionista “Alupar” passou a deter 20,90%, a “AF” 0,02% e “Foz” 79,08% do capital social da Companhia.

31/12/2023		31/12/2022		
Ordinárias		Ordinárias		
Quantidade	%	Quantidade	%	
Acionistas				
Alupar Investimento S.A	22.344.755	20,90%	22.344.755	42,67%
AF Energia S.A	22.637	0,02%	22.637	0,04%
Foz do Rio Claro Energia S.A	84.560.000	79,08%	30.000.000	57,29%
Total das ações	106.927.392	100,00%	52.367.392	100,00%

14 Receita operacional líquida

	31/12/2023
Receita de geração de energia elétrica	
Suprimento de energia	3.650
Suprimento de energia - Partes relacionadas	1.310
Ajuste positivo CCEE	649
	5.609
Deduções	
PIS - Programa de integração social	(36)
COFINS - Contribuição para o	(168)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços	(54)
	(258)
Receita operacional líquida	5.351

15 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2023		31/12/2022	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		(1.597)	-	(905)	-
Doações, contribuições e subvenções		(1)	(1)	-	-
		(1.598)	(1)	(905)	-
Custos gerenciáveis					
Energia comprada para revenda		(569)	-	-	-
Ajuste Negativo - CCEE		-	-	-	-
Seguros		(290)	(5)	-	-
Alugueis		(14)	(5)	-	-
Pessoal		(804)	(301)	-	-
Material		(179)	(18)	-	-
Serviços de Terceiros		(405)	(186)	-	(42)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	12.1	(14)	-	-	-
Outros tributos e taxas		-	(23)	-	-
Outras receitas		-	93	-	-
		(2.275)	(445)	-	(42)
Depreciação e Amortização	8 e 9	(4.000)	(9)	-	-
		(4.000)	(9)	-	-
		(7.873)	(455)	(905)	(42)

16 Resultado financeiro

	31/12/2023
Receitas Financeiras	
Receita de aplicações financeiras	1.365
Outros	471
Total	1.836
Despesas Financeiras	
Encargos sobre empréstimos e financiamentos (*)	(6.145)
Outros	(249)
Total	(6.394)
Total Líquido	(4.558)

(*) Os encargos sobre empréstimos foram capitalizados até 31 de julho de 2023, devido a Companhia em fase pré-operacional. Após entrada em operação os valores foram registrados como despesa financeira.

17 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2023	
	Imposto de renda (*)	Contribuição social (*)
<u>Apuração Lucro Presumido</u>		
Faturamento e Liquidação CCEE	5.609	5.609
	8%	12%
Presunção do lucro - 8% / 12%	449	673
Receita financeira	4.920	4.920
Base de cálculo IR e CS	5.369	5.593
Alíquota	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	-
	1.318	503
Outros ajustes	18	7
Total dos tributos correntes	1.336	510

(*) Os impostos apurados foram capitalizados até 31 de **setembro** de 2023, devido estarem em fase pré-operacional.

18 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

18.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil, do valor justo e hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis :

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	31/12/2023		31/12/2022		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	581	581	183	183	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	-	-	1.853	1.853	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	4.173	4.173	53.470	53.470	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	1.788	1.788	-	-	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Derivativos financeiros	-	-	1.345	1.345	Nível II	Valor justo por meio de resultado
	6.542	6.542	56.851	56.851		
Passivo						
Fornecedores	1.988	1.988	3.596	3.596	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda nacional	71.346	71.346	-	-	-	Custo amortizado
Empréstimos em moeda estrangeira	17.505	17.505	106.053	106.053	-	Custo amortizado
Derivativos financeiros	140	140	-	-	Nível II	Valor justo por meio de resultado
	90.979	90.979	109.649	109.649		

Empréstimos e financiamentos: em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia, possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. O principal instrumento utilizado é o swap.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

18.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se: ao risco de moeda estrangeira nos empréstimos e financiamentos indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira. Para mitigar a exposição de risco de moeda estrangeira, a partir do 2º trimestre de 2022, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Análise de sensibilidade de investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%, conforme demonstrado abaixo:

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
Investimentos de curto prazo	CDI 4.173	180	270	360	450	540
Títulos e valores mobiliários	CDI 1.788	77	116	154	193	231

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2023, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 5 (cinco) cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			4,32%	6,47%	8,63%	10,79%	12,95%
Banco Citibank	CDI +	17.505	962	1.344	1.726	2.107	2.489
Banco do Nordeste	CDI +	71.748	6.501	8.120	9.738	11.357	12.975

19 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de R\$ 190 em 31 de dezembro de 2023 referente a benefícios.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2023.

Risco/Objeto	Empresa	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Seguro de garantia	Eólica do Agreste Potiguar I	5.067	3	30/04/2024
Risco de responsabilidade civil geral	Eólica do Agreste Potiguar I	10.000	7	21/07/2024
Risco de Engenharia	Eólica do Agreste Potiguar I	175.781	280	21/07/2024
Total		190.848	290	

21 Eventos subsequentes

1º Emissão de debentures

Em 15 de janeiro de 2024 a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações no montante de R\$ 25.000 com o valor nominal de R\$ 1.000. O recebimento das debentures ocorreu em 19 de janeiro de 2024. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios equivalentes a IPCA + 6,40% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

As amortizações ocorrerão em pagamentos semestrais, primeiro pagamento de juros previsto para junho de 2024 e amortização do principal iniciando em dezembro de 2024. O vencimento da última parcela da dívida se dará em 15 de dezembro de 2039.

Quitação empréstimo em moeda estrangeira

Em 23 de janeiro de 2024 a Companhia realizou o pagamento integral do empréstimo em moeda estrangeira no montante de R\$ 17.738 com recursos oriundos do ingresso das debêntures.

* * *

João Paulo Mendes do Nascimento
Contador - CRC 1SP218586/O-1